



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

Pânico moral, neoconservadorismo e megafascismo: disputas pela educação brasileira

Moral panic, neoconservatism and megafascism: struggles over Brazilian Education

Pánicos morales, neoconservadurismo y megafascismo: disputas alrededor de la educación brasileña

Tássio Acosta
Alexandre Filordi

RESUMO

Este artigo analisa o agenciamento de novos pânicos morais no campo educacional brasileiro, examinando como discursos neoconservadores vêm capturando a educação pública como espaço privilegiado de disputas morais e políticas no neoliberalismo. Partindo de referencial teórico ancorado nos estudos sobre pânico moral, neoconservadorismo e megafascismo contemporâneo, o texto prioriza a compreensão da centralidade assumida pelas temáticas da insegurança pública e do alegado fácil acesso às drogas como dispositivos de produção do pânico moral. A pesquisa mobiliza análise documental, dados de opinião pública e exame de proposições legislativas recentes para mostrar como tais agendas operam na justificativa de medidas punitivistas, militarização escolar e restrições à liberdade de cátedra. Argumenta-se que tais processos favorecem a moralização do currículo, o esvaziamento da formação crítica e a consolidação de práticas autoritárias no interior do Estado democrático de direito, tensionando a laicidade, a cientificidade e o caráter público da educação.

Palavras-chave: educação; pânico moral; neoconservadorismo; megafascismo; escolas cívico-militares

ABSTRACT

The article analyzes the agency of new moral panics in the Brazilian educational field, examining how neoconservative discourses have been appropriating public Education as a privileged setting for moral and political disputes in neoliberalism. Based on a theoretical framework anchored in studies on moral panic, neoconservatism, and contemporary megafascism, the text emphasizes understanding the centrality assumed by the themes of public insecurity and alleged easy

access to drugs as devices for producing moral panic. The research mobilizes documentary analysis, public opinion data, and an examination of recent legislative proposals to show how such agendas operate in justifying punitive measures, school militarization, and restrictions on academic freedom. It argues that such processes foster the moralization of the curriculum, the depletion of critical education, and the consolidation of authoritarian practices within the democratic rule of law, which puts pressure on the secularity, scientism, and public nature of Education.

Keywords: education; moral panic; neoconservatism; megafascism; civic-military schools

RESUMEN

El artículo analiza nuevos pánicos morales en el área de la educación brasileña, examinando cómo los discursos neoconservadores han ido capturando la educación pública para convertirla en un espacio privilegiado de disputas morales y políticas en el neoliberalismo. Partiendo de un marco teórico basado en estudios sobre el pánico moral, el neoconservadurismo y el megafascismo contemporáneo, el texto prioriza la comprensión de la centralidad que asumen los temas de la inseguridad pública y el supuesto fácil acceso a las drogas como dispositivos de producción del pánico moral. La investigación utiliza análisis documentales, datos de opinión pública y el examen de propuestas legislativas recientes para mostrar cómo estas agendas operan en la justificación de medidas punitivas, la militarización escolar y las restricciones a la libertad de cátedra. Se argumenta que estos procesos favorecen la moralización del currículo, el desmantelamiento de la formación crítica y la consolidación de prácticas autoritarias dentro del Estado democrático de derecho, lo que pone en tensión la laicidad, la cientificidad y el carácter público de la educación.

Palabras-clave: educación; pánico moral; neoconservadurismo; megafascismo; escuelas cívico-militares

Introdução

Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil vivencia o recrudescimento do conservadorismo no Congresso Nacional de forma bastante significativa. Jornalistas, analistas políticos e acadêmicos se dedicam a analisar quais seriam os motivos para que a democracia brasileira, cada vez mais, seja posta em xeque e a descrença no sistema político representativo reverbere de forma tão intensa em sua população, sobretudo nas redes sociais.

Em 2014, o jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil publicava, no topo de sua página, relevante enunciado implicado diretamente no pleito eleitoral daquele ano: "O Congresso mais conservador desde a redemocratização". Em sua análise, Antônio Augusto de Queiroz (2014), jornalista e analista político, afirmou que "o discurso de cunho moralista na gestão pública e na defesa da

família, na negação das conquistas econômicas e sociais do governo resultou na composição mais conservadora do Congresso desde a redemocratização em 1985".

Quatro anos depois, na disputa eleitoral de 2018, a jornalista e cientista política Fernanda Odilla (2018) investigava as razões pelas quais especialistas tendiam a ser unânimes acerca da emergência de uma onda conservadora na América Latina, notadamente após a recente disputa eleitoral no Brasil entre os candidatos Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, à época do Partido Social Liberal (PSL). Para ela, em muitos países latino-americanos, a chamada "ultra" direita tem surgido com uma ligação forte com grupos religiosos e sempre em defesa da chamada "família tradicional".

Já 2022, matéria assinada pela redação do Portal Consultor Jurídico (2022) e, portanto, sem a identificação dos jornalistas responsáveis, destacava que o Congresso Nacional daria uma forte guinada à direita ao longo dos próximos quatro anos posteriores à eleição em questão – esta, entre Jair Bolsonaro, pelo Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT. Tal análise ressaltava o enfraquecimento da força das pautas sociais e dos direitos humanos, ao passo que o Congresso, inclinando-se fortemente para à direita, priorizaria as discussões de costumes e os temas de interesse à chamada "bancada da bala".

Some-se a isto o fato de que nas eleições municipais de 2024, a pavimentação da política de direita e ultraconservadora se adensou profundamente no cenário brasileiro. Fortaleceram-se os partidos de sustentação da deposição, em 2016, da presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, espelhados na base de sustentação política do governo Bolsonaro. Tais partidos escudam e dão sustentação às estratégias econômicas do neoliberalismo, concomitantemente viabilizando-as nas condições políticas (Souza, 2024). Não obstante, encabeçam a defesa do armamentismo, normalizam a destruição da flora e da fauna, subscrevendo a sanha da expansão do agronegócio, sem deixar de mencionar a total adesão às escolas cívico-militares, ao combate das políticas de inclusão educacional e à política de privatização da universidade pública (Neiva, 2024).

Como pano de fundo para o recrudescimento do conservadorismo, temas sensíveis para a sociedade emergiram como verdadeiros "pânicos morais". Para

Acosta (2022), o pânico moral é um fenômeno social produzido artificialmente por meio da mídia, dos líderes políticos ou grupos de influência religiosa ou cultural, ampliando ou distorcendo um fato, comportamento ou identidade de grupo, apresentando-os como uma ameaça grave aos valores pretensamente aceitáveis. Com efeito, privilegiam-se nos pânicos morais questões de gênero, drogadição, segurança pública, direitos reprodutivos (aborto), família heterocisnormativa e até mesmo a metafísica religiosa.

Parece-nos que a educação se tornou o fato social privilegiado no qual os pânicos morais passaram a ser agenciados. Foi assim que surgiu na década passada a suposta ideologia de gênero, alegadamente voltada a destruir a família tradicional brasileira com seus valores arraigados na religiosidade cristã. Como consequência, perseguições e censuras passaram a ser vivenciadas por professores interessados em debater temáticas de gênero quer seja à luz da ciência ou do próprio respeito às singularidades humanas. Fora dos circuitos da moral cristã, ou da educação pastoralizada, o pânico moral fermenta ataques a toda e qualquer experiência educativa divergente dos interesses de grupos conservadores do Congresso Nacional e dos anseios desta família tradicional brasileira.

Acosta e Gallo (2020) se detiveram em profundidade em estudar o pânico moral no agenciamento da “ideologia de gênero”, ao que se contrapuseram com a ideia de “ideologia de gênese”. Trata-se do “avanço da moral cristã no campo da educação e o pautamento do debate educacional a partir desta perspectiva, para obter o cerceamento e a censura em sala de aula perante temas contrários a esta moralidade” (p. 16). Assim, o discurso religioso nas políticas públicas objetiva transformar o Estado em refém de tal moralidade, injetando nas ações governamentais, outra gênese para o próprio Estado, suas funções e finalidades.

Neste artigo, buscaremos aprofundar nos avanços dos agenciamentos de novos pânicos morais cujos lastros incidem sobre a educação brasileira uma tendência ao neoconservadorismo. Este, como será apresentado, indissociável ao sintoma de certo megafascismo contemporâneo (Carvalho, 2025). Concernente aos novos pânicos morais, destacam-se dois. Ambos são relevantes para o agenciamento dos discursos reacionários no cenário político brasileiro e na justificativa de novos ataques à liberdade de cátedra. Segurança

pública e drogas são a dupla temática dos novos pânicos morais que passaram a ocupar o imaginário social a partir do agenciamento do medo na última década.

Por definição, entendemos por neoconservadorismo a influência de

forte base religiosa (que) se insurge contra o progressivo, ainda que relativo, afastamento da sociedade secularizada em relação aos chamados valores familiares tradicionais (com preeminência do poder masculino) e à moralidade tradicional" (Machado, 2017, p. 17).

Neste âmbito, como mostraram Carvalho e Almeida (2022, p. 15), “nenhuma subjetividade dissidente é suportada”. Precisamente por isto, evidencia-se a atualização estratégica da noção de megafascismo. É o fascismo perpassando tanto o campo das micropolíticas da vida quanto o das macropolíticas sociais. Naquele caso, pode ser encontrado nas perseguições às experiências cotidianas de uma sala de aula. Exemplo: o ataque à docente por ser travesti (Acosta; Duque; Carvalho, 2025). No caso das macropolíticas, dá testemunho o Projeto de Lei 1903/2023, apensado em fevereiro de 2026 ao PL 5784/2025, que propõe conceder porte de arma de fogo aos professores da rede pública e privada das escolas municipais, estaduais e federais, assim como aos professores de institutos federais e universidades federais em todo território nacional.

De tal modo, entenderemos o megafascismo conforme a concepção engendrada por Carvalho (2025, p. 16):

o megafascismo é um sistema aberto, complexo, caótico, sem dominação centralizada, porém, capaz de dissipar múltiplos sentidos e manifestações de acoplamentos autoritários, discriminatórios, xenófobos, aporofóbicos, intolerantes, anticientíficos, reacionários, com brutalismos identitários e pós-verdades mortíferas, implicando diretamente na constituição micropolítica dos territórios existenciais.

Neste regime de compreensão, os atravessamentos dos pânicos morais no megafascismo tendem a se ampliar no sentido de alcançar patamares cada vez mais refinados de penetração no tecido social. A suposição do termo *mega* não remete o fascismo a uma grandeza mas, como explica Carvalho (2025), relaciona-o à concepção de megamáquina capitalista que, como definiram Deleuze e Guattari, abrangem os modos de produção social das orientações

afetivas, perceptivas, sensitivas, semióticas, corporais etc., porém, guiando-as para a finalidade do assujeitamento por adesão idealizada.

O megafascismo, portanto, se orienta à vista aberta, tal qual a relação máquina e produto dela derivado, por ações pautadas nos giros autoritários que, diferentemente do fascismo como feixe – *fascio* – organizado politicamente, atua de forma impolítica, isto é, nas lacunas geradas pela fragilização da participação democrática na própria vida política. A impolítica, neste contexto, é tessitura peculiar da ação do pânico moral. Sua estratégia é conturbar, confundir, embaralhar e até mesmo desorientar políticas constituídas histórica e democraticamente pela cutelaria do choque que produz.

Exemplo disto encontra-se no tema da segurança pública. A questão ganhou mais força no pleito eleitoral municipal da cidade de São Paulo, em 2024, mesmo sendo uma atribuição política de responsabilidade do governo estadual. A cidade de São Paulo é relevante pois funciona como grande laboratório de reverberação política para a Nação. A associação do dever do Estado à campanha municipal ocorreu pela sensação de insegurança cada vez mais presente no cotidiano da sociedade brasileira (Datafolha, 2024). Para agravar ainda mais o uso instrumentalizado do tema, o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas, pertencente ao partido de direita (Republicanos), no dia da votação para o segundo turno, logo pela manhã, transmitiu a informação de que o Primeiro Comando da Capital (PCC) orientou os votos no candidato Guilherme Boulos, cujo partido é do PSOL, este, de esquerda. Nota-se: a abordagem da segurança pública foi concebida não somente de modo distorcido, mas também amparada pela sanha do neoconservadorismo diante do pânico moral com a possibilidade de um representante de um partido de esquerda poder ganhar o pleito (Pille; Lopes, 2024).

Quanto ao segundo ponto, o da drogadição, cada vez mais a temática é associada às questões de segurança pública e não à saúde pública em si. Percebe-se tal cooptação em virtude de que "a maioria (68% dos entrevistados) também concorda que a situação dos usuários de crack, de forma geral, é um problema de segurança pública, e 30% discordam da afirmação, com 2% sem posicionamento sobre o tema" (Datafolha, 2023).

Evidentemente, as duas temáticas são desafios reais para a sociedade brasileira, sobretudo às crianças e aos jovens em processo de formação e

podem ter contato com adversidades relacionadas à insegurança pública e ao fácil acesso às drogas. Entretanto, é fácil verificar que descritores “drogas” e “segurança pública” se ausentam da Base Nacional Comum Curricular. Ao enfatizar competências e habilidades para a adaptabilidade social, na maré da vocalização da política dominante, a educação corre o risco de se ver em conluio com a discursividade majoritária que passa a circular na tratativa dos pânicos morais ao redor daqueles temas. Acrescente-se a diminuição de disciplinas das áreas de humanas nos currículos oficiais, implicando com significativos ônus aos estudantes pelo fato de os distanciar do processo reflexivo crítico marcadamente presente em disciplinas como filosofia, sociologia, história, geografia, artes e literatura.

A seguir, desdobramos as condições pelas quais os pânicos morais ao redor das temáticas da segurança pública e das drogas, presentes no debate público eleitoral, são propulsores de novas derivações de pânicos morais na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, este exercício nos auxilia na compreensão dos processos de constituição de subjetividades existentes em tais discursos.

Por extensão, destacaremos como os pânicos morais se entrelaçam com a disseminação da defesa das escolas cívico-militares no imaginário popular como uma suposta salvação moralizante das escolas públicas, por sua vez, mitigadoras do próprio pânico moral. Em tal horizonte, gravitam-se interesses políticos neoconservadores e agenciamentos megafascistas, sobejamente aproveitados pelas estratégias econômicas neoliberais.

Ao cabo, frisamos a urgente democratização deste debate para que as experiências educativas não se tornem reféns das mesmas estratégias que têm sido responsáveis por capturá-las na malha de certa paralisia moralizadora.

O cenário brasileiro

A reveladora pesquisa do Datafolha (2024) ecoa a preocupação que grande parte da sociedade brasileira vivencia em seus cotidianos: sair de casa para a escola ou o trabalho sem saber se será furtada ou assaltada durante o itinerário passou a fazer parte da rotina de muitos estudantes e trabalhadores. Em contrapartida, usuários das redes sociais compartilham, com cada vez mais

frequência e zoom, via câmeras de seus celulares, os perpetradores no ato de suas práticas delituosas.

Tal cotidianidade, somada ao esgarçamento do Estado de bem-estar social, acaba otimizando verdadeiras campanhas de justiça, quando não pelas próprias mãos de inconformados, aliás, grande parte da população indignada pelas perdas de seus bens materiais, prolongando assim a constante sensação de insegurança.

Entre o cenário de miserabilidade comumente vivenciado por criminosos e o estímulo predatório para o encarceramento da delinquência, ignoram-se os problemas sociais inerentes à baixa qualidade educacional do sistema público de ensino e a superficialidade das políticas públicas para se mitigar a pobreza, a escassez de moradia, espaços de cultura e lazer para as comunidades periféricas (Souza, 2024).

Neste sentido, Tosetto (2024) destaca que "o racismo da sociedade brasileira está diretamente ligado à degradação da desumanização de todos aqueles que passam pelo sistema de justiça criminal" (p. 139). Ora, não dá para falsear o fato de ser a sociedade brasileira formada em bases de um sistema escravocrata. Sua herança persiste na parcela populacional socialmente marginalizada, em sua maioria formada por pretos e pardos. O tema da insegurança, portanto, reivindica camadas de complexas justaposições (Souza, 2024).

Uma dessas complexidades pode ser comprovada quando a educação emancipadora, tão preconizada por Paulo Freire, é diariamente minada por setores conservadores e ultraconservadores do Congresso Nacional. Compõe este ritual culpar educadores por problemas de todas as ordens existentes no cotidiano nacional. Afirmam até mesmo, de forma equivocada, que a educação brasileira tem baixos índices de qualidade e formação porque as escolas do país seguem o modelo freiriano de ensino (Melo, 2024).

Em outro cenário, a grande mídia acentua ser a falta de atenção às novas tecnologias a causa da pretensa baixa qualidade da educação. Surge, então, a defesa de uma educação mediada por *tablets* e celulares como sinônimo de melhorias no processo de ensino-aprendizagens, o que se tornou senso comum em Secretarias de Educação, tal como a do Estado de São Paulo. Ignora-se por completo, por exemplo, o recente relatório da Unesco (2023) alertando para os

riscos da inclusão digital desregulada, acarretando inclusive reais possibilidades de se produzir ainda mais exclusões.

Muito embora a exclusão tecnológica, em alguma medida, possa influenciar na aprendizagem dos alunos, sobretudo comparados com escolas ou famílias melhores estruturadas financeiramente e, por consequência, com acesso mais privilegiado aos dispositivos eletrônicos e conexão à internet de alta velocidade, isto não é tudo. As territorialidades circunvizinhas às escolas também são consequentes de forma significativa na qualidade da educação, sem mencionar o fato de a ausência ou não de bibliotecas, laboratórios, boas condições arquitetônicas, acesso por transporte público etc.

Melo e Cardia (2003) identificaram que a existência de comércio informal, bares e má iluminação no entorno das escolas favorece a incidência de inseguranças e o acesso às drogas pelos alunos. Já pudemos observar que a presença de estudantes menores de idade nestes espaços também facilita experiências dissonantes daquelas desenvolvidas dentro de suas escolas, uma vez que a socialização ocorre sem mediação educadora. Giordani, Seffner e Dell'Agilo (2017) também vão nesta direção, destacando até mesmo o fato de que "a violência externa à escola, seja comunitária ou familiar, também é percebida como um dos fatores que interfere na rotina escolar" (p. 108).

Ao redor das consequências incompreendidas pela ligeireza do clamor público por respostas, o pânico moral é senha sempre repetida a convocar as reverberações reacionárias do coro dos políticos conservadores. Há encontro duplo em torno do medo: de um lado, o medo dos desdobramentos de uma complexidade social politicamente pouco pautada pela razão, boa-fé e defesa por mais recursos para a educação; de outro, o medo de que a inação redunde em prejuízo político, como perda de votos. Com efeito,

o medo permite ao Estado medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais e imaginárias, principalmente de alguns setores da sociedade, em especial, a classe média (Teixeira, Porto, 1998, p. 56).

Quanto mais se associam as escolas aos espaços de insegurança, mais o Estado se vê autorizado a adotar medidas coercitivas destinadas aos jovens taxados de indisciplinados. Ora, é preciso "conservar" a escola longe deste tipo

de tensões, ainda que elas a componham de modo inegável. Será justamente nesta perspectiva que perseguições e imposições de limites curriculares às escolas brasileiras encontrarão ecos no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, umbral destacado pelo qual passa a justificativa cívico-militarizadora das escolas.

Todavia, se os temas indisciplina e insegurança pudessem ser superados apenas com a presença da polícia militar, com seus giroflexes ligados nas portas escolares, muitas delas não precisariam acionar a polícia quase diariamente nos horários de entrada e saída dos turnos escolares. Gadotti (2009), ao valorizar a importância da educação, ressalta que ela deve acontecer "em todos os cantos", em diferentes espaços, tempos e durante a vida inteira: na infância, na pré-adolescência, na adolescência, na idade adulta e na velhice (p 10)". Quando referida formação integral não encontra lugar, problemas diversos são vivenciados pelos estudantes em formação.

Se, para Gadotti (2009, p. 10), "estamos sempre aprendendo e ensinando, educando e nos educando", vale a pena pensarmos sobre quais aprendizagens, ensinamentos e educações os alunos postos às margens do processo educacional de qualidade vivenciam quando são apartados das escolas e, como consequência, evadem das condições tecidas socialmente para a suas formações.

Em virtude de os alunos mais visados pelo controle escolar serem aqueles com históricos de desobediência, torna-se cada vez mais dificultosa a presença deles nos espaços escolares, dada as suas inadequações às regras. A evasão escolar passa a ser, assim, uma consequência a se consolidar com o tempo. Não surpreendente, é comum a presença destes mesmos estudantes marginalizados nos bares e nas praças próximas às escolas, favorecendo o distanciamento de referenciais de valores constituídos e firmados no convívio e na socialização escolar, fator preponderante na consolidação do sentido de bem comum, coletividade e nação.

Com efeito, ao passo que cada vez mais os sujeitos da educação se distanciam das escolas e dos saberes existentes nos espaços de formação, estes mesmos jovens, postos às margens do sistema educacional, começam a criar mecanismos de defesa para continuarem existindo nos novos ambientes que frequentam. Em decorrência, compreendemos que a sociedade ajuda a

formar o que ela prefere designar por “delinquente” para que o Estado tenha um novo pânico moral a perseguir a partir da identificação destes jovens considerados inaptos, isto é, inadapáveis ao coro das mesmas competências e habilidades dos conservadores.

Territorialidades escolares: vícios em transe

Quanto mais apartados dos contextos escolares, crianças e jovens vivenciam experiências deslocadas da educação-formal e dos valores dela advindos. Não deixa de ser recorrente o contato antecipado e precoce com situações do mal civilizatório: violência, marginalização, exploração, assassinios, tráfico de drogas, crime organizado e sucessivamente. No caso específico das drogas, a territorialidade ao redor da escola – e é bom reforçar, todo território também é um espaço político e de trajetividade subjetivante (Virilio, 2008) – muitas vezes não é dotada de bons equipamentos públicos. No entanto, bares, adegas, pontos de encontros constituídos ou a própria calçada se tornam referentes à exposição de trajetividades a facilitar o acesso à drogadição; talvez como ritual de passagem consequente para a aceitação em uma socialização já excluída pelas derivas do próprio pânico moral.

A relação entre a insegurança pública e a oferta com que as drogas legais e ilegais chegam ao público em idade escolar ao longo de suas escolarizações emerge como um novo pânico moral privilegiado pelo poder público. A histórica moralidade com que o Estado aborda o tema da drogadição não se sustenta quando percebemos que seus resultados são pífios.

Hari (2018) entende que a moralidade existente nas campanhas de combate às drogas não visa conscientizar a sociedade para que não se faça uso destas substâncias, mas, sim, produzir marginalizações sociais ao passo que se intensificam ações de perseguições criminais aos usuários. Não há de se esforçar para entender a difícil permanência de qualquer usuário de drogas no sistema educacional, decorrência óbvia de uma estigmatização cega às complexas condições sociais da constituição do usuário. Ademais, conforme analisa o autor, programas educacionais recebem menos recursos financeiros quando comparados com gastos financeiros em policiamento e repressão às drogas.

No fundo, o que está em questão é a regulação do corpo a partir de parâmetros biológicos e sociais, reverberando o que Foucault compreendeu por biopolítica (Foucault, 2010). Trata-se das formas pelas quais o Estado passou a adentrar na gestão da vida da população e se tornou o maior responsável pela produção, na expressão de Butler (2015), das vidas que merecem ou não serem vividas. Refinando o alcance da biopolítica, Mbembe (2018), ao conceitualizar a necropolítica, nos fez compreender que este mesmo Estado é capaz de produzir as vidas que merecem ser “matadas”. Logo, o Estado tende a entrar em pânico quando dele escapam os corpos necropolitizados. Por isto mesmo, há de se constantemente aperfeiçoar os mecanismos de identificação de dissonantes, empreendendo mecanismos de controle social voltados para a criação e a utilização de modelagens sociais pressupostamente moralizadoras.

Assim, a biopolítica se inocula na insegurança pública e na drogadição por ser consequência do que o próprio Estado produz para regular as vidas das pessoas. A nosso ver, dois pilares se destacam: o da saúde mental e o da segurança pública. Soares, Gonçalves e Werner Júnior (2010) frisam que "quanto mais cedo o início de uso de drogas, maior o risco de dependência, de transtornos mentais associados e de comportamento alterado em decorrência do uso de drogas" (p. 640). Tal dimensão decorre da plasticidade do cérebro humano e da atuação das drogas (lícitas ou ilícitas) nos receptores dopaminérgicos que modificam o sistema de recompensa cerebral.

O viés moralizante e proibicionista que as políticas públicas brasileiras vêm adotando com relação à temática das drogadições explicitam a cilada discursiva que atravessa o imaginário popular, inclusive afastado da educação abordagens que não sejam criminalizadoras. Por extensão, diminuem-se as campanhas de educação e aumentam-se os investimentos públicos para o aprisionamento da população. A falsa dicotomia, então, busca imprimir no imaginário social a ideia de que quanto maior for a coerção e o enclausuramento dos inaptos, mais bem protegida a sociedade estará.

O gigante adormecido, assim, se desperta como Estado vigilante para empreender sistemáticos movimentos de higienização social. Para tanto, não basta colocar os jovens taxados de inaptos às margens dos bancos escolares, há também de se criar mecanismos para que estes sejam mantidos em suas condições de vulnerabilidade (Pereira; Sudbrack, 2008; Acosta; Carvalho, 2025).

Por conseguinte, quando pegos no cometimento de delitos, por mais infames que sejam, as forças policiais se arrojam para emular controle sobre o excesso de sensação de falta segurança e proteção.

Percebe-se que o problema da insegurança pública, do fácil acesso às drogas e da ausência de fortes investimentos na formação integral das crianças e dos jovens em suas fases escolares se apresentam como facilitadores para que o abandono escolar avance. Bucher e Oliveira (1994) destacam que

O modelo repressivo apregoado pelo discurso anti-droga deve ser questionado não apenas pela sua comprovada ineficácia em diminuir o consumo de drogas e em contribuir significativamente para resolver as questões de saúde pública que levanta, mas por impor um sistema de intervenção injusto e frequentemente desumano (p. 144)

As múltiplas camadas que a drogadição revela aos estudantes esbarram em uma confluência de problemas em diversas ordens (Raupp, Milnitsky-Sapiro, 2009). Do social ao educacional, do familiar ao moral, “beber e se drogar são atitudes bem sacrificiais. Oferece-se o corpo em sacrifício. Por quê? Porque há algo forte demais, que não se poderia suportar sem o álcool” (Deleuze, 1988, p. 8-9). Quer dizer, crianças e jovens, desesperançados com seus futuros deixam de entrar nas escolas durante horários letivos para frequentarem locais ainda não apropriados para as suas faixas etárias.

Sabemos que os estímulos ao consumo na sociedade atual, sobretudo potencializado pelas redes sociais e seus intensos fluxos de compartilhamento, impactam, de forma significativa, na produção de desejos de usuários mais jovens (Klein, 2024). A fácil associação da imagem de sucesso com a ostentação de luxos, bebidas e roupas de grife, delimita com bastante nitidez o circuito da exclusão social e simbólica da maioria dos jovens circunscritos às realidades sociofinanceiras mais baixas. Almejar, como consequência, o uso de alguns destes itens de consumo é uma espécie de cópia mal feita na busca idealizada do suposto sucesso. Ignora-se a forte relação de descaminho da moralidade pretendida pelos conservadores quando se trata desta delicada teia exclusão-inclusão no consumismo. No entanto, é mais fácil o pânico moral rotular o descaminho como fruto da educação libertária ou moralmente lassa.

Como se isto não bastasse, em tempos atualíssimos, outro ponto que vem se apresentando de forma mais intensa, merecedor de estudo à parte, perpassa as casas de apostas, conhecidas como *Bets*. Muitos jovens em fase escolar estão desenvolvendo o costume de apostar em resultados futebolísticos como forma de “tentarem a sorte” e conquistarem sucesso financeiro rápido. A contradição do cuidado governamental com o tema pode ser verificada no fato de o Congresso Nacional, em fevereiro de 2026, ter eximido tais *Bets* de tributação ao passo que não se furtam em protagonizar cortes vultosos nas verbas públicas destinadas à pesquisa, à educação básica e superior.

Rodrigo Machado, do Programa de Transtornos do Impulso do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, afirma que estamos “falando de um comportamento que é altamente persuasivo para o cérebro e que muitas pessoas podem estar em vulnerabilidade e alto risco para o adoecimento em função desse comportamento” (Jornal da Usp, 2024).

De resto, é possível vislumbrar que o descolamento das políticas públicas para educação, enviesadas pelo pânico moral, atingem diretamente o currículo escolar e a própria instituição de ensino. Ambos também acabam sendo deslocados da realidade complexa experimentada pelas infâncias e juventudes brasileiras na atualidade. Tal temática se avulta num chamamento sensível e urgente para pensarmos as territorialidades escolares ladeadas por vícios em transe e por respostas forjadas pela ligeireza do pânico moral.

Intencionalidades à alienação: o que o neoliberalismo quer conservar?

O contexto político da sociedade influencia significativamente a forma como ela considerará certas temáticas (Souza, 2024). Se a sociedade vivencia um momento de valorização das ciências e do saber científico, consequentemente adotará políticas públicas tendentes por esta perspectiva sustentada no saber teórico-metodológico. Agora, se a mesma sociedade está inserida em um contexto político no qual se nega a ciência e os seus pressupostos, seus projetos de lei serão influenciados unicamente pelo populismo. Portanto, as políticas públicas se afastarão do saber científico e

serão forjadas com bases não fidedignas àquelas preconizadas por pesquisadores comprometidos com a ciência.

Exemplificamos tal questão a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), gestada e implementada em um momento em que o Estado democrático se deteriorava e um Golpe Parlamentar era orquestrado contra a então presidenta Dilma Rousseff. O documento, inicialmente pensado de forma coletiva em plenárias educacionais, foi suplantado por outro, sob a influência dos interesses privados neoliberais, acolhidos em amplo círculo político. Com efeito, o documento educacional, anteriormente discutido com professores e a sociedade civil organizada, transmutou-se para caber na modelagem do neoliberalismo.

Foi neste sentido que Carvalho (2020) evidenciou o quanto, a partir da BNCC, a educação brasileira passou a estar cúmplice com a responsabilização individual com a tônica das competências e habilidades. Ao cabo, trata-se de justificar pela educação a culpabilização individual, tema mais que conhecido no neoliberalismo, de possíveis falhas nos virtuais sucessos profissionais e econômicos. Em outros termos, a BNCC passou a ser um instrumento importante para a entrada no ideário do autoempreendedorismo e da adequação à precarização, já que um dos pressupostos fundamentais das competências e habilidades se voltaria para a necessidade de adaptação dos sujeitos à realidade imposta.

Cássio (2018) destaca como a Fundação Lemann contribuiu enormemente para inclinar a opinião pública e profissionais envolvidos com a educação ao ideário da adaptação da educação ao neoliberalismo. Em grande medida, a revista Nova Escola foi o veículo discursivo privilegiado para a constituição paulatina de tal perspectiva. Para o autor, "tendo a Fundação Lemann como mantenedora desde 2016, o plano de negócio de Nova Escola foi reorientado: a revista tem funcionado como uma plataforma de *advocacy* das agendas políticas da Lemann, notadamente as da BNCC" (Cássio, 2018, p. 248). Via de regra, a grande mídia costuma convidar para entrevistas em seus meios de comunicação profissionais não atuantes nas escolas e universidades, mas, sim, economistas e jornalistas interessados pela temática.

Ganharam notoriedade, neste contexto, o Movimento Pela Base e o Instituto Ayrton Senna, difusores da educação em perspectiva neoliberal, bem

como atrelados às políticas internacionais pretensamente recepcionadas como sendo as mais corretas para a educação. Organizações como aquelas representam os interesses dos grandes bilionários planeta afora (Mayer, 2017). Aliás, eles tiveram a grande sacada de que é por intermédio da educação que se convence toda a população a se submeter aos seus interesses (Mayer, 2017; Souza, 2024). Daí a explosão das Fundações, sempre angariada por uma cabeça da elite econômica. Elas estarão onde o neoliberalismo estiver, defendendo a aplicação de metodologias de ensino com conteúdos curriculares sob medida aos ecos da mutualidade interesse, rentismo, precarização e neoliberalismo.

Não sem sentido, mais recentemente, passamos a saber da organização “De olho no Material Didático” (Donme) cujo propósito é influenciar diretamente o alto escalão da política nacional – senadores e deputados federais –, em seguida, Secretarias da Educação dos Estados, acerca de uma profunda revisão de conteúdo dos livros didáticos. Financiada de modo majoritário pelo agronegócio, espécie de tropa de choque do neoliberalismo reacionário brasileiro (Souza, 2024), busca-se revisitar a história e dados consagrados na educação brasileira. Eis um exemplo:

“O que as crianças e os adolescentes estão aprendendo que vai ser bom para o mundo do trabalho?”, perguntou Christian Lohbauer, vice-presidente da associação De Olho No Material Escolar. “Ela não pode aprender, todos os dias, em todos os materiais, há 30 anos, que tem trabalho escravo na cana-de-açúcar. Ela não pode aprender que o alimento brasileiro está envenenado com agrotóxicos. Ela não pode aprender que a pecuária é responsável pela destruição da Amazônia, porque não é verdade”, o próprio Lohbauer respondeu (Freitas, 2024).

Ressaltamos que a capilaridade do neoliberalismo, via organismos internacionais até às escolas básica do Brasil, retrata o jugo dos retrocessos das políticas públicas educacionais impostas desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso até o atual, o de Lula (2022-2026). Vale destacar ainda que durante o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, e com a ascensão de Michel Temer e Jair Bolsonaro, as políticas públicas educacionais foram ainda mais vilipendiadas e postas à mercê do capitalismo neoliberal.

Para Abramowicz, Cruz e Moruzzi (2016), no debate da nova BNCC houve

uma disputa em curso pela identidade da nação cujo maior perigo é a ideia de uma educação sem partido que se aproveita deste revestimento de BNCC impondo de modo inexorável uma mordaza e retardamento nas parcas conquistas sociais pautadas na diversidade (p. 63-64).

Com a redação final do documento em antítese àquilo que foi debatido durante as plenárias e às reais necessidades dos alunos, dirimiu-se a importância da educação como processo de mediação social com base na criticidade científica preconizada pelos teóricos da educação. Entendemos aqui que o currículo é uma importante máquina de transformação social, pois "é preciso buscar respirar a educação a partir de um currículo contrarredundante, reafirmando a possibilidade da diferença, da variação, da metamorfose e da multiplicidade dos modos de ser" (Gallo, Carvalho, 2023, p. 130). Ainda para os autores,

Nesse sentido, argumentamos que a nova BNCC impôs significativas perdas à escola, à liberdade de cátedra e à formação integral da humanidade de seus alunos durante suas fases formativas, ao passo que se buscou atender aos anseios do neoliberalismo alienante para alienar a sociedade. Não apenas os alunos, ao longo de suas escolarizações, foram prejudicados com a nova BNCC, como também acreditamos que se buscou subjetivar os adultos porvir à descrença da educação enquanto instituição sólida para as suas melhorias sociais. Por conseguinte, fica praticamente abolido do horizonte aquela dimensão cogitada por Carvalho (2022), de que, por intermédio da socialização, saberes, conhecimentos, aprendizagens, subjetividades e fomentação democrática comuns, a educação, notadamente a escolar, pode ser relevante laboratório contrapunitivo, pautando-se por experiências de múltiplas possibilidades com as diferenças humanas, que são limadas pelo sistema de produção e de capitalismo neoliberais (p. 15-16).

O que vemos com a presença de institutos neoliberais, influenciando a redação de políticas públicas educacionais, é justamente um movimento de punição retroalimentada aos alunos da escola pública brasileira. O currículo que defendem respalda necessidades de saberes aquém daqueles que deveriam possibilitar formações humanas transformadoras, críticas e atuantes na

sociedade. Interessa mais a formação de competências adaptáveis para a integração à sociedade tão somente por intermédio de trabalhos precarizados servis (Carvalho, 2022). Para além de as escolas públicas brasileiras terem infraestruturas precárias, ainda imprimem nas subjetividades dos filhos da classe trabalhadora a desesperança de seus futuros por não verem na educação como meio sócio-histórico para a transformação de suas vidas.

Identificamos, assim, o espelhamento destas descrenças junto ao fortalecimento do neoconservadorismo no país mediante a incredulidade de que os órgãos representativos – não apenas político-partidários, mas também institucionais – tenham condições de promover as melhorias necessárias para a população. Políticos antissistemas e *antiestablishment* passam a ser considerados possíveis salvadores daquilo que não deu certo, como as políticas públicas em educação, saúde, seguridade social, emprego, segurança pública, dentre outros. Em seu limite, quando tais políticas públicas não correspondem aos anseios dos precarizados, por sua vez, a classe trabalhadora desassistida pelo Estado, então recai-se na ilusão de que o melhor para ela é o caminho da privatização das instituições públicas.

Com um currículo escolar moldado por institutos neoliberais aos interesses do capital especulativo e sem a participação de alunos e professores na formulação das políticas públicas educacionais, a escola se torna presa fácil para ser sitiada pelo pânico moral, não apenas de fora para dentro como também de dentro para fora. Assim, relacionamos o fortalecimento do neoconservadorismo na sociedade brasileira à produção de subjetividades megafascistas, forjadas em seus cotidianos educacionais e sociais como resultado final da nova BNCC. O caso mais evidente encontra-se na militarização das escolas.

Militarização das escolas: moralizar para fazer “sentido!”

Associar as escolas aos espaços de insegurança e aos riscos às infâncias e juventudes tem importante função catalisadora na sociedade para a consolidação do neoconservadorismo e das subjetividades megafascistas por meio do agenciamento do medo (Acosta, 2022). Problemas reais como drogadição e insegurança pública encontram ecos nos espaços vazios na

BNCC, ao furtar-se a abordar tais temas de frente, e nos silenciamentos impostos aos professores dissonantes destas políticas neoliberais na educação. Isto contribui para a ascensão de discursos antissistemas e aderentes à militarização das escolas.

Muito embora no início da campanha favorável às escolas cívico-militarizadas o apoio tenha partido de vereadores, prefeitos, governadores associados à direita e extrema direita, além do então presidente Jair Bolsonaro, a matéria no TAB Uol identificou que políticos, não necessariamente de direita, vêm apoiando a militarização das escolas, dado o forte apelo eleitoral (Ferraz, 2024).

O sentimento de insegurança na população e o problema do fácil acesso às drogas por crianças e jovens em fases de escolarização vêm despertando na sociedade brasileira um grito de urgência por mudanças na educação pública, porém, de maneira enviesada pelo pânico moral. Assim, a promoção da educação militarizada por meio das escolas cívico-militares coaduna com a plataforma eleitoral de políticos populistas à esquerda e à direita.

Se, de um lado, há quem defenda a sua existência sob a justificativa de que a presença de policiais militares ajude a melhorar a qualidade de ensino por meio da hierarquia militar (Santos, Barbosa, Medeiros, 2021), de outro, há quem entenda que a imposição do regimento disciplinar existente nos quartéis e distritos policiais traz ônus ao desenvolvimento da aprendizagem em bases democrática (Souza, Santos, 2022).

Entre entendimentos e desentendimentos, ressaltamos que a história do tempo presente tem como grande característica a ausência de um certo distanciamento temporal para melhor analisar o problema a que se propõe. Daí ser o pânico moral a resposta acelerada e colada ao imediatismo (Hartog, 2014). De toda maneira, é nítido ser a imposição do regimento militar aos espaços educacionais um distanciamento ainda maior da escola constituída por valores solidários, direito à existência do diferente e presença do dissonante à ordem esperada (Arreguy, 2024), pontos cruciais para a solidificação dos valores democráticos. Como consequência, as escolas cívico-militares tendem a marcar ainda mais negativamente os jovens já considerados socialmente como inaptos, indisciplinados, marginais ou perigosos.

Devido a tal cenário, é impossível não visualizar como o crescimento das escolas cívico-militares está claramente localizado e identificado no Brasil da última década (2014-2024). Em questão, encontram-se não apenas o fortalecimento do neoconservadorismo como consequência do agenciamento do medo por meio de novos pânico morais, mas também a incidência da produção das subjetividades megafascistas localizadas nos discursos antissistemas e *antiestablishment*. Vale lembra, com Carvalho (2025, p. 20), que, neste caso,

o megafascismo é gérmen estruturante de crises constantes ao pulverizar nos territórios existenciais crenças e políticas identitárias, responsáveis por capturar as diferenças políticas, sociais, partidárias, religiosas, sexuais, científicas, étnicas, artísticas, corporais, de gênero e de nacionalidade às reduções exclusivas, lutando contra elas o tempo todo.

O aumento do quantitativo das igrejas neopentecostais vai nesta direção: converge para a governamentalidade da população através da moralização perversa da sociedade. Por tal intermédio, a palavra de Deus e os ensinamentos de Jesus Cristo se inoculam sobremaneira nos saberes existentes nas escolas, dado a captura da educação pelo pânico moral. A valorização da família aos moldes cristãos, de base heterocisnormativa, se coloca em campo diametralmente oposto às outras possibilidades de constituição familiar e do direito às diferenças.

Como bem explorou Souza (2024), em *O pobre de direita*, o que se busca é algum nível de segurança em meio à desorientação do neoliberalismo com suas sucessivas humilhações humanas. Para se evitar ser identificado com a imoralidade, o sujeito do neoconservadorismo surge como nova fronteira a ser colonizada, via comportamentos, a fim de que suas ações ao menos deem prova de sua capacidade de reverberar algum capital social: o respeito projetado no patriarcalismo do próprio sistema colonial, ou seja, o grande explorador.

Por mais que pesquisadores discorram sobre a importância de a escola educar para a diversidade e para as múltiplas plasticidades humanas (Abramowicz, Cruz, Moruzzi, 2016; Acosta, Gallo, 2020; Carvalho, 2022), o silenciamento imposto às questões de gênero e sexualidades foi influenciado justamente por políticos neoconservadores que usam de seus mandatos para a imposição da moral cristã à toda sociedade.

Citemos, como exemplo, o lema de campanha do então candidato à presidência Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (Bolsonaro, 2018). No mesmo documento, estampava-se na capa de seu programa de governo o versículo bíblico de João 8:32: "e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Posteriormente, já eleito presidente, afirmou que "o Brasil é laico, mas o presidente é cristão" (Otavio, 2020).

Percebe-se aqui que o adentrar da hierarquia militar nas escolas converge com a popularização da discursividade neopentecostal, efeito do crescimento robusto destas igrejas no Brasil. Nada estranho, então, políticos de todos os espectros visitarem estes espaços religiosos em época eleitoral, pois elas são dotadas de capilaridades sociorrepresentativas nos territórios onde se localizam. Outro ponto a ressaltar é a utilização de templos religiosos pela polícia militar do Estado de São Paulo para a realização de reuniões de grandes pelotões (Gentile, 2024), perfeita inunção do alcance mítico dos pânicos morais.

Quando se interdita assuntos educacionais e se censuram professores em seus direitos legais do exercício da profissão por influências religiosas, detecta-se o deslocamento da democracia supostamente consolidada com a Constituição Federal de 1988 para novas formas de governo com características presentes em teocracias.

Este fortalecimento religioso no governo da população contribui para que a chegada da moralidade religiosa nos espaços políticos e educacionais se torne uma política de Estado, e não uma característica isolada de políticos atrelados à doutrina cristã ou presentes em templos e igrejas.

Logo, associar as escolas aos espaços de inseguranças e acreditar que apenas a militarização das instituições educacionais seja capaz de moralizar as escolas torna-se um caminho mais fácil do que governos assumirem que as reformas empreendidas desde o Golpe de 2016 visaram à terceirização do Estado brasileiro e ao favorecimento das empresas privadas, conglomerados educacionais e religiosos com atuação nos bastidores do cenário político da nação.

Considerações finais

Ao longo de nossas análises sobre como os novos pânicos morais reverberam a agenda neoconservadora do megafascismo, emparedando ainda mais o estado democrático de direito, acumpliciando-se com os interesses do neoliberalismo reacionário, buscamos analisar como a educação escolar vem sendo agenciada para a imposição de uma moralização perversa às instituições de ensino. Para tanto, reconfigurar o currículo no plano geral, tal como o fez a BNCC, passou a ser fundamental, até culminar na militarização das escolas.

Dedicamo-nos ainda em mostrar a complexidade que envolve os temas da insegurança pública, das dependências e dos vícios. Diferentemente das suposições dos pânicos morais, destacamos como baixos investimentos educacionais, fragilidades na infraestrutura urbana e no aparelhamento sociomaterial de muitas escolas, além, de certas amarrações neoconservadoras na BNCC, contrapõem-se à ilusão de que toda moralização da educação seja a resposta adequada ao que os políticos neoconservadores presumem resolver.

Praças públicas, museus, locais de cultura e lazer, além de espaços para práticas de esporte são cada vez mais sucateados e distanciados dos processos de formação. De igual maneira, as escolas, sequestradas pelo pânico moral de suas funções em promover a criticidade e o conhecimento científico aos alunos, reduzem-se a um espaço no qual o alunado é afastado das possibilidades de tomar a escola como laboratório da transformação social.

A invasão de uma série de ideário religioso nas políticas públicas brasileiras é sintoma da moralização neoconservadora da sociedade, subsidiando a descrença nas instituições públicas e democráticas como agentes vivos da melhoria social, do acesso à justiça social e da construção de uma sociedade com distribuição de riquezas equalizadas. Ao se censurar na BNCC temas importantes do cotidiano dos alunos, sob a influência dos Institutos e Organizações privados neoliberais reacionários, este documento educacional normalizou a desesperança entre crianças e jovens como sujeitos capazes de tomadas de ação sócio-histórica durante as suas escolarizações, processos formativos e inserção na coletividade social.

Sendo assim, a escola, de modo geral, reduziu-se a um espaço protocolar de percurso formativo e ainda mais insosso, vendo-se destituída das potências

necessárias para a irrupção de resistências de subjetividades ativas por parte da juventude. Despotencializados e descrentes desde a escola, pretensões às ascensões e melhorias sociais ecoam a discursividade do autoempreendedorismo, da meritocracia, da culpabilização, do enfraquecimento dos laços coletivos e da entrega à situação recorrente da precarização e da adaptação às condições de vida precarizadas já dadas.

Tudo isto contribui para a que o alunado em formação reforce vivências de intensas marginalizações, entrada relevante para a emersão, explosão e banalização dos pânicos morais, ecoando a sanha do neoconservadorismo no megafascismo do neoliberalismo. Afinal de contas, “o megafascismo normaliza a impolítica como jogo de vale tudo, absolutamente interessante ao neoliberalismo. Nas regras do mercado, nada deve ser respeitado para se garantir lucros e dividendos” (Carvalho, 2025, p. 20).

No limite, no cenário explorado no artigo, encontram-se duas questões em jogo. A captura da educação por novos pânicos morais com o intuito de culpabilizar o “outro” que mais necessita do Estado. Aqui, “quando se culpa a vítima, a real causa da opressão social e econômica – o saque promovido pela elite contra a população, se torna visível, e se legitima o arranjo injusto e elitista” (Souza, 2024, p. 75).

Em outro patamar, estamos perante a contínua necessidade de enfrentamento à complexidade de tal cenário. Para tanto quisemos chamar a atenção do quão precisamos trabalhar para combater o pânico moral; denunciar e resistir este Estado brasileiro acolhedor e hospedeiro dos setores empresariais responsáveis por guindar as políticas públicas educacionais.

Em suma, não podemos mais dourar a passividade com a influência dos segmentos religiosos neoconservadores parasitando a laicidade, o caráter científico e a complexidade social da educação, com seus pânicos morais, com suas discursividades e práticas coaguladas por mistificações taumatúrgicas; o mesmo vale para a vontade de poder do regramento militar como maneira de impor ordem, disciplinar e educar para uma sociedade “melhor”.

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete; CRUZ, Ana Cristina J. da; MORUZZI, Andrea Braga. Alguns apontamentos: a quem interessa a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, v. 8, p. 46-65, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/2385/2134>. Acesso em: 26 fev.2026.
- ACOSTA, Tássio. **Anarqueologia do pânico moral**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Orientador: Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo, 2022. Disponível em <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1259377>. Acesso em: 3 set. 2024.
- ACOSTA, Tássio; CARVALHO, Alexandre Filordi. Silenciar e expulsar a inclusão: o caso do autismo no Colégio Militar Tiradentes. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, v. 31, p. 1-18, 2025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/7JtByvqVZxQsTvv7QvgxqNJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- ACOSTA, Tássio; DUQUE, Tiago ; CARVALHO, Alexandre Filordi. O pânico moral contra Barbie: notas sobre uma professora Travesti em reverberações midiática. In: Alexandro Rodrigues; Denise Sepulveda; Marcio Caetano.. (Org.). **Éticas, estéticas, políticas e poéticas das pesquisas nos dos com os cotidianos das dissidências**. 1ed.São Paulo: Editora Devires, 2025, v. 1, p. 1-194.
- ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma 'ideologia de gênese'. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e92/1-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/43607>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- ARREGUY, Juliana. De piercing a topete: o que é proibido nas escolas cívico-militares. **Portal Metrôpoles**, São Paulo, 28 mai. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/de-piercing-a-topete-o-que-e-proibido-nas-escolas-civico-militares>. Acesso: 5 set. 2024.
- BOLSONARO, Jair. **Brasil acima de tudo. Deus acima de todos**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.
- BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R. M. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 137-145, 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/PBJQcYBXmLyFt3snd5kQSRw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2026.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. **Artes de Educar**, v. 6, n. 3, p. 935-956, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/issue/view/2343>>. Acesso em: 26.fev.2026.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A sociedade punitiva em perspectiva neoliberal: engendrar ilegalismos, moralizar as subjetividades e normalizar a exclusão social. **Currículo sem fronteiras**, v. 22, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2carvalho.pdf> acesso 3 set. 2024. Acesso em: 26 fev.2026.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; ALMEIDA, Jonas Rangel de. Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo: implicações para a corrosão da inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, v. 25, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71319>. Acesso em: 26 fev.2026.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Megafascismo e neoliberalismo a partir de Deleuze e Guattari: crítica à produção de subjetividades na educação contemporânea. **Revista Educação e Filosofia**, v. 39, p. 1-26, 202r. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/74872> . Acesso em: 26 fev.2026.

CÁSSIO, Fernando L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 239–254, 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887>. Acesso em: 3 set. 2024.

CONJUR. **Congresso Nacional dará uma forte guinada à direita nos próximos quatro anos**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-03/congresso-abandona-politica-guinada-conservadora/>. Acesso em: 27 fev. 2026.

DATAFOLHA. **Avaliação de um ano e três meses do Presidente Lula**. Pesquisa Nacional, 2024. Disponível em <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2024/04/02/odwyahpf8b-h6uovykqcq6gfyimipa-egofsja825cpxg-lsbfo8nywvsmnff2mnmvr9rh0vu4t9d6wjpbrtsva.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2024.

DATAFOLHA. **População de rua e cracolância**. Agosto de 2023. Disponível em

<https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2023/09/04/Opin2ioafaCR129089ucacolandia.pdf>. Acesso em: 29 ago.2024.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**, entrevista a Claire Parnet, em 1988.

DELINGY, Fernand. **Os vagabundos eficazes: operários, artistas, revolucionários: educadores**. São Paulo: editora N-1, 2018.

FERRAZ, Adriana. Escolas militarizadas triplicam e unem governos de direita e esquerda. **TAB UOL**, 26 ago. 2024. Disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/escolas-militarizadas-crescem-e-unem-governos-de-direita-e-esquerda.htm>. Acesso em: 5 set.2024.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREITAS, Hélen. Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos. Notícias UOL, 30 de out. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-tradicional-foi-a-maior-vencedora-das-eleicoes-avaliam-cientistas-politicos/>. Acesso em: 30 de out. 2024.

GENTILE, Rogério. Policial vai à Justiça contra a realização de reuniões da PM na Universal. **UOL**, 17 jun. 2024. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2024/06/17/pm-vai-a-justica-contra-a-realizacao-de-reunioes-da-corporacao-na-universal.htm>. Acesso em: 5 set. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALLO, Sílvio D. O; CARVALHO, Alexandre F. de. Do currículo como máquina de subjetivação contrarredundante. **Imagens da educação**, v. 13, p. 111-133, 2023. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/65613/751375156481>. Acesso em: 3 set. 2024.

GIORDANI, Jaqueline. P.; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 103–111, jan. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/jqRMtVbSzXryLvxgswkMZmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

HARI, Johann. **Na fissura: uma história do fracasso no combate às drogas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo horizonte: autêntica, 2014.

JORNAL da USP. **Faltam iniciativas em saúde pública para lidar com o vício em jogos de azar.** 27 set. 2024. Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/faltam-iniciativas-em-saude-publica-para-lidar-com-o-vicio-em-jogos-de-azar/>. Acesso em: 30 out. 2024.

KLEIN, Naomi. **Doppelgänger: uma viagem através do mundo-espelho.** São Paulo: Carambaia, 2024.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 50, p. e17504, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/73SMtDzqPPXMYXqThvFFmjc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2024.

MAYER, Jane. **Black Money: the hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right.** Ney York: Anchor Books, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, João Cesar de. Sim! A culpa é de Paulo Freire! **Instituto Liberal**, 23 de set. 2024. Disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/sim-a-culpa-e-de-paulo-freire/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MELO, Telma Falcão de; CARDIA, Nancy das Graças. **Conflito e insegurança escolar na Zona Sul de São Paulo.** 2003. Iniciação Científica. (Graduando em história) - Universidade de São Paulo - FFLCH, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Nancy das Graças Cardia.

NEIVA, Lucas. Direita tradicional foi a maior vencedora das eleições, avaliam cientistas políticos. Congresso em Foco, 7 de out. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/direita-tradicional-foi-a-maior-vencedora-das-eleicoes-avaliam-cientistas-politicos/>. Acesso em: 25 de out. 2024.

ODILLA, Fernanda. Eleições 2018: por que especialistas veem 'onda conservadora' na América Latina após disputa no Brasil. **BBC News Brasil**, 24 out. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45757856>. Acesso em: 25 ago.2024.

OTAVIO, Chico. O Brasil é laico, mas o presidente é cristão. **O Globo.** Política, 15 fev. 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/o-brasil-laico-mas-presidente-cristao-diz-bolsonaro-durante-evento-evangelico-no-rio-24251428>. Acesso em: 5 set. 2024.

PEREIRA, S. E. F. N.; SUDBRACK, M. F. O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 151–159, abr. 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ptp/a/q5sfdck9tdcSqpK8vpwLZKG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PILLE, Letícia; LOPES, Anna Júlia. Tarcísio responderá juridicamente por declaração sobre PCC, diz Cármen. Poder 360, 27 out. 2024. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/tarcisio-respondera-juridicamente-por-declaracao-sobre-pcc-diz-carmen/>. Acesso em: 27 de out. 2024.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1, 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador desde a redemocratização. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 88, 5 nov. 2014. Disponível em <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-desde-a-redemocratizacao/> Acesso em: 4 nov. 2024.

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 26, n. 4, p. 445–454, nov. 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Xfmtbygnt3vRWq6ZGbZRCcH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, Allison.; BARBOSA, Cláudio S.; MEDEIROS, José M. de; et all. Uma percepção sobre a qualidade da educação pública em defesa do modelo cívico-militar. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 2, n. 03, 2021. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/412>. Acesso em: 5 set. 2024.

SOARES, Hugo Leonardo R; GONÇALVES, Hérica Cristina B; WERNER JUNIOR, Jairo. Cérebro e o uso de drogas na infância e adolescência. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, p. 639-639, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/xjYBP8rkDkhJxtqFQ9LmMSH/?lang=pt> .Acesso em: 26 fev.2026.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: vingança dos bastardos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Juliana B.; SANTOS, Suelen A. Programa escola cívico-militar: diagnóstico do presente. **SciELO Preprints**, 202. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4140>. Acesso em: 5 sep. 2024.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. DO R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 47, p. 51–66, dez. 1998. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hfmBXLZSpMZCDxv9W3XzBdt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

TOSETTO, Danielo. Monitoração eletrônica no Brasil e estigmatização de viés racial: **Revista Brasileira de Execução Penal**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 131–143, 2024. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/875> .Acesso em: 29 ago. 2024.

UNESCO. 2023. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris, UNESCO, 2023. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por/PDF/386147por.pdf_multi . Acesso em: 3 set. 2024.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. São Paulo: Editora 34, 2008.

Editor(a) responsável: Josimara Wikboldt Schwantz.

Recebido em: 04/11/24

Aceito em: 13/02/26

Tássio Acosta

Pós-Doutor em Educação (Unifesp), Doutor em Educação (Unicamp), Mestre em Educação (UFSCar), Especialista em Ética, valores e cidadania na escola (USP), historiador e pedagogo.

✉ tassioacosta@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/9459372033217997>

 <https://orcid.org/0000-0002-1608-4363>

Alexandre Filordi

Pós-doutor em Educação pela Universidad Complutense de Madrid, doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo e doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Lavras, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFLA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (UNIFESP). É bolsista produtividade, além de psicanalista.

✉ filordi.carvalho@unifesp.br

 <http://lattes.cnpq.br/5589093016557658>

 <https://orcid.org/0000-0003-4510-9440>